



CENTRO ÁFRICA
DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Coordenação das Respostas do Sector da Segurança para Combater a Exploração Madeireira Ilegal

PROGRAMA

10 a 14 de julho de 2023



**CENTRO ÁFRICA
DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

Coordenação das Respostas do Sector da Segurança para Combater a Exploração Madeireira Ilegal

10 a 14 de julho de 2023

PROGRAMA

Índice

Sobre o Centro África de Estudos Estratégicos.....	4
Introdução.....	5
Sessão 1: A Economia Política da Exploração Madeireira Ilegal.....	8
Sessão 2: Funções do Sector da Segurança no Combate à Exploração Madeireira Ilegal.....	11
Sessão 3: Coordenação do Sector da Segurança com Eco- guardas.....	14
Sessão 4: Coordenação de Segurança e Justiça para Prender, Investigar e Julgar.....	17
Sessão 5: Reforçar a Coordenação Externa: Níveis Regional, Continental e Internacional.....	19
Sessão 6: Envolver as Comunidades Fronteiriças e Florestais numa Resposta	



SOBRE O CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

Desde a sua criação em 1999, o Centro de Estudos Africanos tem servido como um fórum de investigação, programas académicos e intercâmbio de ideias com o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos através do reforço da eficácia e responsabilização das instituições africanas, no apoio à política dos EUA para África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos patrocinada por instituições eficazes e responsabilizadas perante os seus cidadãos.

A força motriz do Centro de Estudos Africanos é realizar a visão de uma África livre de violência armada e organizada, assegurada por instituições africanas comprometidas com a proteção dos cidadãos africanos. Este objetivo enfatiza o compromisso do Centro de Estudos Africanos em contribuir para impactos tangíveis ao trabalhar com os nossos parceiros africanos – militares, civis, governamentais e da sociedade civil, bem como nacionais e regionais. Todos desempenham papéis importantes na atenuação dos complexos fatores causadores dos atuais conflitos no continente. A responsabilização perante os cidadãos é um elemento importante da nossa visão, uma vez que salienta o facto de que, para serem eficazes, é preciso que as instituições de segurança, além de serem “fortes”, protejam e estejam atentas aos direitos dos cidadãos.

MISSÃO

Promover a segurança africana através da expansão da compreensão, disponibilização de uma plataforma confiável para o diálogo, construção de parcerias duradouras e catalisação de soluções estratégicas.

A missão do Centro de Estudos Africanos gira em torno da geração e disseminação do conhecimento através dos nossos programas académicos, investigação, comunicações estratégicas e associações comunitárias. Com base nas experiências práticas e nas lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, procuramos gerar perceções e análises relevantes que possam informar profissionais e legisladores com respeito aos mais prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que a abordagem de desafios sérios só pode ocorrer através de intercâmbios francos e ponderados, o Centro de Estudos Africanos disponibiliza plataformas presenciais e virtuais, onde os parceiros podem partilhar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Estes intercâmbios fomentam relacionamentos que, por sua vez, são administrados ao longo do tempo pelo Centro de Estudos Africanos através de associações de antigos alunos, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e diálogos continuados entre participantes e funcionários. Esse diálogo – imbuído de experiências do mundo real e análises recentes – não só oferece oportunidades de aprendizagem contínua, mas também catalisa ações concretas.

MANDATO

O Centro de Estudos Africanos é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA, criada e financiada pelo Congresso Americano, para o estudo de questões de segurança relacionadas com África e servir como fórum para investigações bilaterais e multilaterais, comunicação, intercâmbio de ideias e formação envolvendo participantes militares e civis. (10 U.S.C 342)

Introdução

A exploração madeireira ilegal é uma característica crescente do crime organizado transnacional em África. [Estima-se que os países africanos percam 17 mil milhões de dólares](#) por ano devido à exploração madeireira ilegal. As espécies de madeira de elevado valor são procuradas a nível mundial, tendo o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime referido que a quota de África nas exportações de pau-rosa para a China aumentou de 40% em 2008 para 90% em 2018. Estas tendências têm implicações importantes para a segurança dos vários países africanos que fornecem madeiras raras aos mercados mundiais. A exploração madeireira ilegal tem inúmeros efeitos ambientais negativos que enfraquecem a segurança humana. A desflorestação no segundo maior esgoto de carbono do mundo, a bacia do Congo, é um exemplo urgente. No entanto, para além da degradação ambiental, o tráfico de madeira afeta a segurança nacional. Este facto amplifica as ameaças por parte de grupos criminosos organizados e organizações extremistas violentas. Além disso, enraíza a corrupção sistémica que compromete a governança responsável, um ingrediente essencial da paz e da segurança.¹

O desmantelamento das redes de crime transnacional organizado (CTO) perpetradoras de exploração madeireira ilegal requer frequentemente ações conjuntas por parte dos militares, agentes da manutenção da ordem e oficiais de justiça, em concertação com as comunidades locais, estratégias de segurança nacional e organismos regionais relevantes. Os funcionários africanos da segurança e da justiça podem, por conseguinte, ter interesse em intensificar a sua aprendizagem comparativa sobre a gama de esforços de coordenação em curso, bem como sobre os pontos fortes e fracos das iniciativas de coordenação para combater a exploração madeireira ilegal em todos os contextos: a nível transfronteiriço, a nível nacional entre agências e a nível do cidadão e da comunidade.

Este programa presencial de cinco dias visa proporcionar um fórum para funcionários militares e civis de alto nível do sector da defesa e da segurança, bem como dos sectores da justiça e da silvicultura, para partilharem as lições aprendidas, as abordagens inovadoras, as boas práticas e os desafios actuais que enfrentam na coordenação das respostas para combater a exploração madeireira ilegal nos seus contextos. Os participantes terão a oportunidade de aprender com especialistas africanos, académicos e profissionais, sobre vários aspectos deste tópico, reunir-se em pequenos grupos de discussão multi-países para comparar e contrastar experiências, e trabalhar em grupos regionalizados para debater formas de avançar com soluções estratégicas. Graças à natureza multi-país e multi-regional do programa, os participantes terão diferentes pontos de vista políticos, contextuais e técnicos para partilhar, o que enriquecerá as discussões e os debates.

Objetivos do Programa

Os objetivos do programa são:

1. Expandir a compreensão dos desafios que as forças armadas, os serviços de manutenção da ordem, os serviços judiciais e os actores florestais enfrentam no combate à exploração madeireira ilegal em África, bem como os pontos fortes e as fragilidades dos instrumentos e técnicas que estão a utilizar para o resolver.

2. Analisar a economia política da exploração madeireira ilegal em África e as implicações para a coordenação do sector da segurança com outros agentes estatais e sociais para a reduzir.
3. Partilhar a aprendizagem entre pares sobre a forma como os funcionários do sector da segurança podem trabalhar a nível transfronteiriço, a nível inter-agências e comunitário, combatam a exploração madeireira ilegal de forma a reforçar a segurança dos cidadãos através de uma gestão transparente e eficaz dos recursos florestais.
4. Integrar os participantes no programa numa comunidade permanente de profissionais interagências que identificam ações prioritárias regionais ou inter-regionais para que possam prosseguir em conjunto para combater mais eficazmente a exploração madeireira ilegal nos seus contextos.

Abordagem Académica

O programa procurará facilitar a criação de redes transnacionais e trans-regionais, bem como catalisar a aprendizagem entre pares e a partilha de experiências de diferentes intervenientes sectoriais envolvidos na conceção e implementação de soluções centradas na sociedade e nas pessoas para combater a exploração madeireira ilegal. Os pontos fortes, os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades para a coordenação das respostas do sector da segurança com as respostas de outros sectores e intervenientes que são fundamentais para o êxito das respostas serão tidos em conta ao longo de todo o processo. O programa incluirá assim:

- a) Os conteúdos académicos práticos deste programa de estudos servem de base a debates, discussões e intercâmbios inovadores durante o fórum;
- b) Sessões plenárias que reforçam a aprendizagem entre pares e a partilha de experiências sobre desafios comuns e sucessos notáveis em vários aspetos dos esforços africanos para combater e prevenir a exploração madeireira ilegal e o papel dos funcionários do sector da segurança no processo;
- c) Discussões em pequenos grupos entre militares, agentes da manutenção da ordem, da justiça e da silvicultura de diferentes países e regiões que reforçam os objetivos de aprendizagem, ajudando os participantes a partilhar lições e ideias sobre o assunto;
- d) Exercícios de autoavaliação específicos para cada região sobre os esforços coordenados que incluem o sector da segurança como líder ou conjunto de intervenientes de apoio no combate à exploração madeireira ilegal, que servirão de base às apresentações sobre as medidas que os participantes de cada região podem tomar no regresso a casa para melhorar as respostas locais, nacionais e supranacionais.

O seminário será conduzido em inglês, francês e português. Uma política rigorosa de omissão da fonte aplica-se a todos os procedimentos do programa. Estas regras são vinculativas durante e após o seminário. Encorajamo-lo a partilhar com os seus colegas os conhecimentos adquiridos neste seminário, mas não a nomear os seus colegas participantes ao relatar o que

aprendeu. Esperamos que isto lhe permita abordar livremente as questões sensíveis em discussão. Toda a documentação do programa será publicada no site do Centro de Estudos Africanos.

Programa

Este programa de estudos é um documento educativo destinado a expor os participantes a várias perspetivas para os ajudar a tirar o máximo partido do programa, não refletindo os pontos de vista ou a posição oficial do Departamento de Defesa ou do Governo dos EUA. Fornece uma visão geral das principais ideias, debates e questões políticas relacionados com o envolvimento parlamentar na supervisão do sector da defesa e da segurança, bem como das contribuições do sector da defesa e da segurança para a boa governança do sector da segurança.

Para cada sessão listada no programa, damos objetivos de aprendizagem e uma introdução ao tema da sessão plenária. Também listamos as perguntas que os participantes devem estar preparados para responder nos grupos de discussão subsequentes. Por fim, incluímos uma seleção de leituras recomendadas. Consulte-as, por favor, antes das sessões para as quais são indicadas.

O principal objetivo das leituras recomendadas é ajudar a enquadrar as questões e os desafios da coordenação segurança-justiça no contexto dos estudos disponíveis, provas empíricas e documentação política. Encorajamo-lo a partilhar questões e sugestões sobre os materiais e o fórum, uma vez que irá melhorar a qualidade dos nossos programas e a experiência de aprendizagem para todos. Estamos ansiosos por debater consigo tópicos específicos.

A maior parte da experiência e dos conhecimentos sobre estes temas vem de si. Encorajamo-lo vivamente a partilhar as suas experiências e conhecimentos uns com os outros, a desafiar e debater ideias que são levantadas no fórum e a utilizar o fórum como desejar para construir redes adicionais

que podem ser úteis para si, profissionalmente.

Preparação para o Programa

Antes de cada sessão do programa, pedimos-lhe que:

1. Reveja a parte relevante do programa e consulte as leituras recomendadas.
2. Pense nas perguntas do grupo de discussão da sessão em causa e considere que experiências do seu trabalho pode partilhar com os seus colegas.
3. Leia os exercícios guiados com antecedência e esteja preparado para partilhar as suas ideias sobre os mesmos com um grupo específico da região em que será colocado.
4. Esteja preparado para participar em grupos de discussão e exercícios orientados, partilhando e interagindo com outros participantes.

Sessão 1: A Economia Política da Exploração Madeireira Ilegal

Formato: Sessão plenária (segunda-feira, 10 de julho de 2023, 11:00-12:30)

Grupo de Discussão (segunda-feira, 10 de julho de 2023, 15:30-17:00)

Objetivos:

- Examinar as recentes tendências continentais e regionais no abate ilegal de árvores em África, incluindo os agentes criminosos nele envolvidos, as vulnerabilidades do Estado e da sociedade e os fatores que moldam a sua resiliência
- Aprender a abordagem da economia política para analisar e responder ao crime organizado transnacional: identificar a variedade de agentes envolvidos na exploração madeireira ilegal, compreender os incentivos desses diferentes agentes, e utilizar esse conhecimento para encontrar formas contextualmente eficazes de remodelar esses incentivos

Contexto:

A exploração madeireira ilegal é uma característica crescente do crime organizado transnacional em África. Caracterizada como a extração, o transporte, a compra ou a venda de madeira em violação da lei, a exploração madeireira ilegal é frequentemente facilitada pela conivência de funcionários superiores com redes criminosas, amplifica os problemas de governança existentes, alimentando sérios desafios de segurança nacional e aumentando os riscos de violência. A exploração madeireira ilegal refere-se a uma gama significativa de atividades ilícitas relacionadas com o corte, a transformação e a exportação de várias espécies de madeiras raras, comuns em África e muito procuradas a nível mundial. Estas ações têm implicações de segurança de grande alcance para os países africanos que fornecem madeiras raras aos mercados mundiais. A exploração madeireira ilegal tem inúmeros efeitos [ambientais negativos](#) que enfraquecem a segurança humana, incluindo a desflorestação da Bacia do Congo, um dos maiores esgotos de carbono do mundo e uma fonte de subsistência e desenvolvimento para muitas pessoas. O tráfico de madeira também afeta a segurança nacional, porque amplifica as ameaças colocadas por grupos criminosos organizados e organizações extremistas violentas que operam no continente africano. A exploração madeireira ilegal também consolida formas específicas de corrupção sistémica, que comprometem a governação responsável, ela própria um ingrediente fundamental da paz e da segurança.

Para combater eficazmente a exploração madeireira ilegal, os líderes do sector da segurança africano devem compreender não só os padrões de atividade criminosa que caracterizam esta forma de crime organizado transnacional, mas também as causas profundas e os principais motores destas atividades ilícitas e os fluxos que delas resultam. A elaboração de respostas adequadas a estas tendências exige também que os líderes tenham uma noção clara de quem são os principais intervenientes na exploração madeireira ilegal, de como o seu contexto molda as suas motivações e incentivos, e de que tipo de oportunidades e constrangimentos estão a responder no contexto político, jurídico e institucional em que operam. Os líderes podem adquirir proficiência nestes elementos adotando uma **abordagem de economia política** para analisar a exploração madeireira ilegal. A economia política é "o estudo de decisões racionais no contexto das instituições políticas e económicas", que moldam os incentivos dos vários agentes para se comportarem de determinadas formas.² Assim, as abordagens de economia política procuram identificar os fatores que moldam os incentivos dos agentes estratégicos para

tomarem decisões que podem, em conjunto, promover ou desencorajar a exploração madeireira ilegal.

Há muitos fatores que abrangem as áreas da segurança, do desenvolvimento e da governança que moldam as circunstâncias da vida quotidiana das pessoas, bem como os incentivos que estas podem (ou não) ter para se envolverem nas partes lícitas e ilícitas da economia que estão ligadas ao tráfico e ao contrabando. Algumas das mais importantes são a disponibilidade de meios de subsistência alternativos aos que envolvem algum elemento de exploração madeireira ilegal, a percepção dos cidadãos de que a exploração madeireira ilegal é um empreendimento viável apesar da sua ilegalidade, o grau de legitimidade do Estado e a forma como a transparência e a responsabilidade dos sectores da segurança, da justiça e da silvicultura afetam essas percepções de legitimidade.

Um exemplo de um quadro de economia política para compreender a exploração madeireira ilegal vem do [Índice de Crime Organizado África 2019](#) (e [atualizado para 2021](#)) pelo Consórcio ENACT, um agrupamento que consiste na INTERPOL, no Instituto de Estudos de Segurança - África e da Iniciativa Global contra o COT.³ De acordo com o *Índice*, o crime organizado é perpetrado em África por **quatro agentes criminais principais**: agentes integrados no Estado, redes criminosas, agentes estrangeiros e agentes do tipo mafioso. Um dos padrões mais proeminentes relacionados com o COT nos países africanos é o conluio e a interdependência entre os intervenientes estatais e as redes criminosas para perpetrar o COT. A cumplicidade de certos intervenientes estatais de alto nível na corrupção que facilita o crime organizado está documentada, nomeadamente, no *Relatório do Painel de Alto Nível sobre os Fluxos Financeiros Ilícitos de África*, da Comissão Económica das Nações Unidas para África.⁴ O *Índice* também discute as vulnerabilidades dos Estados africanos ao COT e acompanha a presença e a intensidade de dez mercados criminosos diferentes, incluindo o dos crimes contra a flora. Finalmente, o *Índice* sugere doze fatores susceptíveis de afetar a **resiliência dos Estados** africanos ao COT: liderança política e governança, transparência e responsabilização do governo, cooperação internacional, políticas e leis nacionais, capacidade judicial, manutenção da ordem, combate ao branqueamento de capitais, capacidade reguladora económica, apoio às vítimas e testemunhas, prevenção, envolvimento de agentes não-estatais na resposta e integridade territorial.⁵

A julgar por estes fatores de resiliência, parece que a coordenação entre várias partes do sector da segurança, da justiça e da silvicultura pode ter algum potencial para os funcionários de governos africanos e agentes da sociedade civil que procuram combater a exploração madeireira ilegal. Uma abordagem de economia política à coordenação exigirá a compreensão de quem são os diferentes agentes, que tipos de estratégias podem adotar com base nos mercados criminosos e nas vulnerabilidades dos Estados africanos, e como os fatores de resiliência podem alterar os incentivos dos agentes de alto nível para facilitar a exploração madeireira ilegal em locais específicos.

Questões para Discussão:

- Tendo em conta os seus próprios conhecimentos e experiências em matéria de luta contra a exploração madeireira ilegal no seu país e na sua região, o que espera aprender com este seminário?

- Que tipos de agentes criminosos e mercados criminosos mencionados no Índice de Criminalidade Organizada ENACT são estrategicamente mais relevantes no seu país ou região para a perpetração da exploração madeireira ilegal e do tráfico de madeira?
- Que tipo de trabalho está o seu país ou região a fazer para combater a exploração madeireira ilegal que se relaciona com os doze fatores de resiliência que o Índice de Crime Organizado ENACT destaca para África?
- Que tipo de incentivos têm os agentes estatais e não estatais relevantes no seu país ou região para combater a exploração madeireira ilegal? Como é que esta estrutura de incentivos afeta as opções que os líderes dos sectores da segurança, da justiça e da silvicultura têm para responder?

Leituras Recomendadas:

1. Caden Browne, Catherine Lena Kelly & Carl Pilgram, "[Illegal Logging in Africa and its Security Implications](#)," *Spotlight*, Centro África de Estudos Estratégicos, 12 de agosto de 2022.

"[L'exploitation forestière illégale en Afrique et ses implications sécuritaires](#)," *Eclairage*, Centro África de Estudos Estratégicos, 12 de agosto de 2022.
2. "Key Findings," [Africa Organized Crime Index 2021 - Evolution of Crime in a Covid World](#), Iniciativa Global Contra Crime Organizado Transnacional, pp. 14-26.
 - Para encontrar o relatório sobre o seu país, visite: Portal de Análise de Dados do Índice de Criminalidade Organizada em África 2021, <https://ocindex.net/>
 "Principais conclusões," [Indice du crime organisé en Afrique 2021 : Evolution de la criminalité dans le contexte du Covid 19](#), Iniciativa Global contra a Criminalidade Organizada Transnacional, páginas 16-26.
 - Para encontrar o relatório sobre o seu país, visite: Portal de Análise de Dados do Índice de Criminalidade Organizada em África 2021,
3. União Africana, "[African Strategy on Combating Illegal Exploitation and Illegal Trade in Wild Fauna and Flora in Africa](#)", maio de 2015.

União Africana, "[Stratégie Africaine sur la lutte contre l'Exploitation Illégale et le Commerce Illicite de la Faune et de la Flore Sauvages en Afrique](#)," maio de 2015.
4. Benoit Blarel, "[The real cost of illegal logging, fishing, and wildlife trade: \\$1 trillion to \\$2 trillion per year](#)", Banco Mundial, outubro de 2019.

"[Le cout reel de l'exploitation illegal de ressources naturelles se chiffre entre 1000 et 2000 milliards de dollars par an](#)", Banco Mundial, outubro de 2019.

Sessão 2: Funções do Sector da Segurança no Combate à Exploração Madeireira Ilegal

Formato: Sessão Plenária (segunda-feira, 10 de julho de 2023, 13:30-15:00)

Grupo de Discussão (segunda-feira, 10 de julho de 2023, 15:30-17:00)

Objetivos:

- Fazer um balanço das formas como o sector da segurança tem estado envolvido no combate à exploração madeireira ilegal em diferentes contextos africanos e dos seus registos de eficácia
- Comparar e contrastar os mandatos que os diferentes tipos de funcionários do sector da segurança têm para prevenir e impedir a exploração madeireira ilegal
- Avaliar onde existem lacunas entre os papéis dos agentes do sector da segurança no papel e na prática na abordagem da exploração madeireira ilegal nos seus países

Contexto:

Vários intervenientes no domínio da defesa e da segurança estão envolvidos na deteção e resposta a diferentes aspectos do crime organizado transnacional (COT) relacionado com a exploração madeireira ilegal. Em vários países, as forças armadas destacam funcionários de alto nível para trabalharem com o serviço nacional de parques, a fim de abordar os aspectos transnacionais do abate ilegal de árvores e outras atividades criminosas contra a flora que ocorrem nas áreas protegidas. As respostas militares podem igualmente ser consideradas quando os crimes de exploração madeireira ilegal são perpetrados por grupos armados não estatais que ameaçam a integridade territorial do Estado. Os serviços de polícia estão também cada vez mais empenhados nos esforços para combater a exploração madeireira ilegal, nomeadamente através da criação, em alguns países, de unidades especializadas em crimes contra a floresta. Além disso, "a evasão fiscal, a corrupção, os crimes violentos, a fraude e o branqueamento de capitais, e mesmo a pirataria informática de sítios Web do governo para obter licenças, são comuns no panorama do crime florestal".⁶ Consequentemente, os funcionários das alfândegas e da segurança das fronteiras, os procuradores e magistrados, os peritos em informações financeiras, os funcionários florestais e as instituições independentes de luta contra a corrupção são também intervenientes fundamentais com os quais os funcionários da defesa e da segurança cooperam.

A coordenação entre os intervenientes do sector da segurança e os seus homólogos nos sectores da justiça e da silvicultura para combater a exploração madeireira ilegal é uma componente particularmente crítica do reforço da resistência às atividades de exploração madeireira ilegal que constituem o COT. **A resiliência** é definida como a melhoria da capacidade dos líderes, instituições, sistemas e cidadãos para lidarem com o COT de forma adaptável, atenuando os danos e reduzindo as vulnerabilidades futuras.⁷ **A coordenação** é o processo de tentar fazer com que diferentes partes de um sistema e várias organizações trabalhem em conjunto de forma mais eficaz.⁸ A coordenação pode ser um precursor de uma cooperação eficaz para alcançar os objetivos de segurança nacional. Quando é bem feita, pode minimizar a concorrência e aumentar a complementaridade entre as entidades envolvidas. Isto pode ajudar a resolver problemas que nenhuma instituição ou agência poderia resolver sozinha.⁹

A coordenação dos sectores da segurança, da justiça e da silvicultura para combater os crimes

contra a flora, como o abate ilegal de árvores e o tráfico de madeira, também depende do facto de os intervenientes estatais africanos sobretudo partilharem o entendimento do que é o crime organizado. Lamentavelmente, não existe uma definição única de crime organizado, mas a Convenção das Nações Unidas sobre Crime Organizado Transnacional ([Convenção de Palermo](#)) – que a maioria dos países africanos ratificou – define "**grupos criminosos organizados**" como três ou mais pessoas que, durante um período de tempo, atuam em conjunto com o objetivo de cometer pelo menos um crime punível com quatro anos de encarceramento. Para serem qualificados como grupos criminosos organizados, os membros devem atuar em conjunto para cometer esses crimes, a fim de obterem um benefício financeiro ou outro benefício material, direta ou indiretamente.¹⁰ Muitas vezes, estes objetivos são alimentados pelo recurso à violência e/ou à corrupção.¹¹ O crime organizado é transnacional quando as atividades relevantes atravessam as fronteiras políticas oficiais e são, portanto, "planeadas, preparadas, cometidas ou têm consequências significativas em vários Estados", de acordo com a Convenção de Palermo.

Um dos desafios que se colocam ao sector da segurança para dar uma resposta eficaz à exploração madeireira ilegal é o facto de as redes de tráfico de madeira se adaptarem rapidamente para escapar aos esforços dos Estados africanos para as detetar e punir.¹² Para aumentar a resistência dos Estados africanos à exploração madeireira ilegal, os agentes da segurança, da justiça e da silvicultura do Estado terão de antecipar estas possibilidades de adaptação e criar mecanismos e práticas para responder com agilidade à evolução e ao comportamento dos traficantes de madeira. Também neste caso, a coordenação pode ser útil. São úteis vários aspectos: (i) **a coordenação inter-agências e interministerial** a nível nacional, dentro e entre os diferentes níveis da hierarquia burocrática; (ii) **a coordenação transfronteiriça** entre os intervenientes dos diferentes países nos domínios da segurança, da justiça e da silvicultura; e (iii) **a coordenação entre o Estado e a sociedade** que inclua uma grande diversidade de cidadãos e comunidades e se baseie nos conhecimentos, perspectivas e experiências das pessoas relacionadas com a exploração madeireira ilegal e o comércio ilícito de madeira.

Questões para discussão:

- Quais são, na sua opinião, os principais desafios à coordenação dos esforços militares, policiais, judiciais e florestais para combater a exploração madeireira ilegal, tendo em conta os papéis e as responsabilidades destes intervenientes e a natureza dos desafios da exploração madeireira ilegal no seu país e na sua região?
- Quais são algumas das abordagens utilizadas por si e pelos seus colegas para coordenar o trabalho do Estado na luta contra a exploração madeireira ilegal a nível inter-agências, a nível transfronteiriço e a nível subnacional (comunitário)?
- Quais os aspetos das respostas do Estado à exploração madeireira ilegal que são úteis para que o sector da segurança seja a agência principal na sua elaboração? Em que aspectos da resposta é melhor que o sector da segurança seja uma agência de apoio?
- Quais são os domínios de intervenção na luta contra a exploração madeireira ilegal em que os intervenientes do sector da segurança acrescentam mais valor? O que é que o

sector da segurança precisa de compreender melhor sobre o trabalho de outros ministérios e agências envolvidos na abordagem da questão?

Leituras Recomendadas:

1. Dra. Catherine Lena Kelly, "[An Introduction to Coordination of Security and Justice Responses to Countering Transnational Organized Crime](#)", Centro África de Estudos Estratégicos

["Coordonner les réponses de sécurité et de justice à la criminalité transnationale organisée: une introduction"](#), Centro África de Estudos Estratégicos

["Coordenação de Respostas de Segurança e Justiça à Criminalidade Organizada Transnacional: Introdução"](#)
2. "Responding to timber trafficking in a context of criminal consortia, » in Hassoum Ceesay, Laurent Kadima Mavinga, Jackson Miller, Oscar Nkala, Riana Raymonde Radrianarisoa, Tuesday Reitano, Babar Turay, "[Razing Africa: Combatting criminal consortia in the logging sector,](#)" *Research Paper 6*, ENACT, dezembro de 2018.
3. "[Forestry Crime: Targeting the Most Lucrative of Environmental Crimes](#)", Interpol, 14 de dezembro de 2020.

["Criminalité forestière : la plus lucrative des atteintes a l'environnement en ligne de mire,](#) " Interpol, 14 de dezembro de 2020.
4. "[Resumo executivo : Enhancing Security-Justice Coordination to Counter Illegal Logging,](#) " Centro África de Estudos Estratégicos, 9 de fevereiro - 3 de março de 2021.

[" Documento de síntese : Renforcer la coordination securite-justice pour lutter contre la criminalite transnationale organisee"](#), 9 de fevereiro - 3 de março de 2021.

["Sumario executivo : Otimizar a coordenação entre a segurança e a justiça para combater o crime organizado transnacional,](#) " 9 de fevereiro - 3 de março de 2021

Sessão 3: Coordenação do Sector da Segurança com Eco-guardas e guardas florestais

Formato: Sessão Plenária (terça-feira, 11 de julho, 13:30-15:00)

Grupo de discussão (terça-feira, 11 de julho, 15:30-17:00)

Objetivos:

- Explorar diferentes exemplos de como os guardas florestais e eco-guardas estão a trabalhar para combater a exploração madeireira ilegal nos seus países e regiões
- Analisar os sucessos e desafios que os funcionários do sector da segurança e os eco-guardas têm tido na coordenação das suas respostas para prevenir e combater a exploração madeireira ilegal
- Identificar medidas que os funcionários do sector da segurança e os eco-guardas possam prosseguir para garantir que o seu trabalho conjunto (na prevenção baseada na comunidade e na dissuasão) seja eficaz para garantir a segurança dos cidadãos, na resposta à exploração madeireira ilegal

Contexto:

Em muitos países africanos onde a exploração madeireira ilegal é ou foi predominante, os agentes do sector da segurança e do sector florestal tiveram de trabalhar em conjunto para aplicar as estratégias estatais para combater o tráfico de madeira. Em países onde o abate ilegal de árvores ocorre em zonas onde o Estado criou reservas de parques nacionais ou áreas protegidas, os guardas florestais ou "eco-guardas" que trabalham para o Ministério das Florestas estão frequentemente na linha da frente dos esforços do Estado para combater e prevenir uma vasta gama de crimes contra a flora e a fauna, incluindo o abate ilegal de árvores. Os esforços para melhorar a segurança, a justiça e a coordenação do sector florestal requerem, portanto, uma reflexão estratégica cuidadosa sobre até que ponto os guardas florestais e os eco-guardas assumem papéis semelhantes aos militares e até que ponto assumem, em vez disso, papéis de conservação mais baseados na comunidade.¹³

Um número crescente de estudos mostra que os guardas florestais e eco-guardas dos parques e áreas protegidas africanos enfrentam uma faca de dois gumes no seu trabalho quotidiano. Por um lado, os eco-guardas estão cada vez mais ameaçados no seu trabalho pelas atividades violentas de grupos armados não estatais – quer se trate de milícias armadas locais, grupos rebeldes regionais, insurgentes ou grupos extremistas violentos que procuram financiar-se através da tributação ou do comércio direto de flora e fauna – que operam dentro ou perto de parques e áreas protegidas e, de um modo mais geral, em comunidades florestais. Isto levou vários Estados africanos a "militarizar" a formação e o equipamento que é oferecido aos eco-guardas para cumprirem as suas funções de monitorização, proteção e manutenção do Estado de direito nas áreas onde trabalham. Em alguns casos, as forças armadas também foram chamadas a trabalhar em conjunto com os eco-guardas para prender traficantes em áreas com elevada frequência de tráfico de flora e fauna. O objetivo é ajudar a reduzir o número de mortes que os eco-guardas sofrem no seu trabalho e impedir que adversários fortemente armados vençam os funcionários do Estado encarregados de proteger as pastagens e as comunidades que as rodeiam.

Por outro lado, os eco-guardas também têm mais probabilidades de serem eficazes no cumprimento das suas missões se mantiverem a confiança e o respeito dos cidadãos que vivem e trabalham nas comunidades que rodeiam os parques e as áreas protegidas. No entanto, nalguns casos, a militarização dos guardas florestais e dos eco-guardas também criou medo e desconfiança em relação a eles e a outros agentes do Estado por parte das populações locais. Os estudos mostram também que muitos eco-guardas lamentam profundamente esta dinâmica e compreendem porque é que ela pode ser prejudicial para as suas missões profissionais e éticas. Em condições de confiança e legitimidade perante as comunidades locais nas zonas em que operam, os guardas florestais e os eco-guardas têm potencial para contribuir para a segurança humana dos cidadãos nas zonas florestais e para amplificar os efeitos positivos pretendidos da gestão comunitária das terras florestais, nomeadamente de forma a atenuar os incentivos à exploração madeireira ilegal. Quando os membros da comunidade estão dispostos a partilhar informações e a avisar precocemente os eco-guardas sobre potenciais atividades de tráfico nas suas áreas, também eles podem ajudar os eco-guardas a combater os crimes organizados contra a flora. Encontrar formas de atenuar os danos causados aos civis durante as operações de combate à exploração madeireira ilegal e comunicar quaisquer controlos internos que os eco-guardas e os seus homólogos do sector da segurança tenham em vigor para ter em conta a segurança da comunidade local durante essas operações pode contribuir muito para melhorar as respostas coordenadas. O apoio a regimes de silvicultura comunitária concebidos de forma inclusiva e transparente também pode ser útil.

No entanto, medidas adicionais para conceber sistemas que criem confiança entre os eco guardas, o sector da segurança e os cidadãos e comunidades que devem servir também podem merecer alguma consideração. Nalguns casos em que os parques nacionais e os seus funcionários são fortemente punitivos para com os membros da comunidade local que cometem infrações menores, a polícia judiciária e outros funcionários envolvidos em levá-los à justiça são vistos com cada vez menos legítimos. Isto pode acontecer especialmente se os agentes que prendem pessoas das comunidades locais por infrações menores forem demasiado severos no tratamento físico desses suspeitos. Quando os funcionários do Estado não perseguem os chefes por detrás do abate ilegal de árvores, mas os infratores menores são severamente punidos, e quando estas interações coincidem com um contexto local em que existem injustiças pré-existentes sobre "os limites do parque,... a apropriação de terras e a regulamentação e utilização dos recursos naturais", o trabalho dos guardas florestais e dos eco-guardas pode tornar-se ainda mais difícil, mesmo que tenham simpatias que se alinham com as preocupações das comunidades afetadas. O trabalho contínuo e coordenado com grupos da sociedade civil local, funcionários do governo nos sectores da segurança e da justiça (em especial os que têm conhecimentos sobre policiamento comunitário, sensibilização dos militares para os assuntos civis, justiça centrada nas pessoas e resolução alternativa de litígios) pode, por conseguinte, ajudar os guardas florestais e os eco-guardas empenhados nas suas missões a garantir a segurança humana de forma eficaz e com a confiança necessária na comunidade.

Questões para discussão:

- Qual é o estatuto jurídico e profissional dos eco-guardas no seu país? São formalmente membros do sector da segurança, fazem parte da administração florestal ou estão profissionalmente organizados de outra forma?

- Quais são os pontos fortes e fracos da forma como as diferentes partes do sector da segurança (seja nas forças armadas, na polícia ou no sector florestal e dos parques) potenciam os diferentes papéis que os eco-guardas podem ser chamados a desempenhar no combate à exploração madeireira ilegal?
- Existem mecanismos de coordenação entre agências para combater a exploração madeireira ilegal que incluam os eco-guardas no seu país? Em caso afirmativo, como são concebidos estes mecanismos e em que medida têm sido úteis na coordenação com os sectores da segurança e da justiça para dar resposta ao tráfico de madeira?

Leituras Recomendadas:

1. Wole Ojewale, "[Terrorists and Poachers Take Aim at the Congo Basin's Guardians](#)", ISS-Africa Today, 10 de outubro de 2022.
"[Terroristes et braconniers s'en prennent aux gardes du Bassin du Congo](#)", ISS-Afrique Today, 10 de outubro de 2022.
2. Judith Verweijen & Esther Marijnen, "[Why Rangers in the Congo's Virunga National Park are Under Attack](#)", The Conversation, 14 de janeiro de 2021.
Judith Verweijen & Saidi Kubuya Batundi, "[Parc National de Virunga: Mettre fin a la 'conservation policiere' de la nature](#)", The Conversation, 18 de junho 2019.
3. Denis Mahonghol, Paulinus Ngeh, e Hin Keong Chen, "[Módulo 5: Le role des forces de maintien de l'ordre \(police et gendarmerie\) dans l'application de la loi forestiere](#)," in *Manuel de Formation en Legislation Forestiere et Controle*, 2016.
4. "Rangers-[the unsung heroes of wildlife conservation](#)", Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 30 de julho de 2019.
"[Les gardes forestiers- heros oublies de la conservation de la vie sauvage](#)," Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 30 de julho de 2019.
"[Guardas-florestais: os heróis invisíveis da conservação da vida selvagem](#)", Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 30 de julho de 2019.
5. Jessica Graham, "[Can Women Rangers Help Decrease Corruption Rates?](#)" Blogue Targeting Natural Resources Corruption, WWF, abril de 2021.

Sessão 4: Coordenação de Segurança e Justiça para Prender, Investigar e Julgar

Formato: Sessão Plenária (quarta-feira, 12 de julho, 09h:00-10:30)

Grupo de discussão (quarta-feira, 12 de julho, 11:00-12:30)

Objetivos:

- Compreender as estratégias, políticas, instituições e programas existentes para coordenar o trabalho dos agentes de manutenção da ordem e judiciais na cadeia de justiça criminal que têm papéis complementares na dissuasão da exploração madeireira ilegal através do processo de detenção, investigação e acusação
- Analisar os sucessos e desafios que os funcionários do sector da segurança e da justiça têm tido no trabalho conjunto para dar respostas eficazes às operações de exploração madeireira ilegal dissuadindo durante as fases de detenção, investigação e acusação
- Identificar medidas que os funcionários do sector da segurança e da justiça possam tomar para garantir que o seu trabalho interdependente na cadeia de justiça penal seja eficaz para garantir a segurança dos cidadãos, na resposta à exploração madeireira ilegal

Contexto:

O desenvolvimento de relações de trabalho mais fortes entre a segurança do Estado, a justiça e os agentes florestais é um elemento essencial para ajudar a combater a exploração madeireira ilegal. Alguns dos mecanismos de coordenação a nível nacional podem ser **inter-agências** (racionalizando o trabalho das agências do mesmo departamento ou ministério), enquanto outros são **interministeriais** (racionalizando o trabalho de diferentes departamentos ou ministérios). A aplicação de estratégias para combater a exploração madeireira ilegal varia, mas é provável que inclua **uma coordenação horizontal** entre os organismos governamentais, bem como uma **coordenação vertical** entre os funcionários nacionais e subnacionais dos organismos de segurança, justiça e silvicultura.¹⁴

Alguns exemplos de medidas que certos países tomaram para melhorar a coordenação nacional para combater a exploração madeireira ilegal incluem: a colaboração de funcionários da silvicultura, das alfândegas e da segurança das fronteiras para investigar a fraude fiscal e a corrupção de entidades suspeitas de tráfico de madeira; a criação de mecanismos de coordenação especializados para as instituições anti-corrupção e as instituições judiciais no âmbito da cadeia de justiça penal para se concentrarem no tráfico de madeira rara; e a organização de destacamentos conjuntos dos ministérios da defesa, do interior e do ambiente para garantir uma presença fiável no terreno em zonas de um país onde o tráfico de madeira é comum. O êxito da coordenação depende da iniciativa governamental de fazer funcionar essas estruturas, bem como do empenho dos indivíduos em participar plenamente nas mesmas.¹⁵

Ao definir uma estratégia de coordenação para combater a exploração madeireira ilegal, os dirigentes devem ter em conta os seus potenciais aspetos positivos e negativos. Quando bem feita, a coordenação da segurança, da justiça e da silvicultura basear-se-á em definições claras dos papéis e das responsabilidades, podendo assim facilitar a resolução de problemas a longo prazo.¹⁶ Poderá ser desejável um certo grau de especialização na formação e nas responsabilidades relacionadas com a exploração madeireira ilegal para obter respostas rápidas e com impacto. Por exemplo, a criação pelo Gabão de um Tribunal Correcional Especial, em Libreville, em 2019, procurava responder a esta necessidade de atenção especializada para

resolver os crimes de exploração madeireira ilegal no contexto local. Simultaneamente, um certo grau de sobreposição entre as diferentes funções e responsabilidades das agências e dos ministérios em relação a determinados aspectos da resposta pode contribuir para garantir que os Estados adotem uma abordagem holística para combater a exploração madeireira ilegal.¹⁷ Demasiada coordenação, ou o tipo errado de coordenação, também pode ser prejudicial. É fundamental encontrar um equilíbrio adequado em qualquer contexto.

Questões para discussão:

- Existem no seu país mecanismos de coordenação entre agências para combater a exploração madeireira ilegal e o tráfico de madeira? Em caso afirmativo, como são esses mecanismos e, em caso negativo, que tipos de mecanismos de coordenação considera mais úteis para combater a exploração madeireira ilegal?
- Quais as áreas de coordenação inter-agências poderiam ser reforçadas através de mais formação conjunta ou da partilha de experiências no seio e entre os funcionários das forças armadas, da polícia, das alfândegas, da justiça e das florestas?
- Quais são os actuais pontos fortes e fracos da forma como os funcionários da segurança e da justiça no seu país abordam conjuntamente a exploração madeireira ilegal?

Leituras Recomendadas:

1. Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade, "Transnational Crime Units," West Africa Coast Initiative, <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/west-africa-coast-initiative.html>
"Unités de lutte contre la criminalité transnationale organisée," Initiative côtes de l'Afrique de l'Ouest, <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/fr/west-africa-coast-initiative.html>
2. Gaisekaangwe Ace Peke, Biola Shotunde e Serigne Assane Dramé, "Fostering National-Level Interagency Coordination to Counter Transnational Organized Crime", 16 de fevereiro de 2021, https://www.youtube.com/watch?v=sKWTofjoXds&feature=emb_title
"Suscitar a coordenação interagências a nível nacional para lutar contra a criminalidade transnacional organizada", Vídeo, Centro de Estudos Estratégicos de África, 16 de fevereiro de 2021, <https://www.youtube.com/watch?v=07Pfkikzka0>
" Promoção da Coordenação Interagências de Nível Nacional para Combater a COT, " 16de fevereiro de 2021, https://www.youtube.com/watch?v=UEYC_uNBvJY
3. Programa das Nações Unidas para o Ambiente, "[Strengthening Legal Frameworks for the Licit and Illicit Trade in Wildlife and Forest Products](#)", 2019.
" [Renforcement des cadres juridiques liés au commerce licite et illicite des espèces sauvages et des produits forestiers : leçons tirées des secteurs de la gestion des ressources naturelles, de la réglementation du commerce et de la justice](#), " 2019.

Sessão 5: Reforçar a Coordenação Externa: Níveis Regional, Continental e Internacional

Formato: Sessão Plenária (quinta-feira, 13 de julho, 09:00-10:30)

Grupo de Discussão (quinta-feira, 13 de julho, 11:00-12:30)

Objetivos:

- Fazer o balanço das convenções internacionais, das estratégias a nível da União Africana e dos planos regionais em vigor para combater e prevenir a exploração madeireira ilegal
- Analisar as diferentes formas como os Estados africanos podem envolver-se com parceiros dentro e fora do continente para abordar a exploração madeireira ilegal e gerir a vasta procura asiática e ocidental de madeira dura rara por meios que protejam a segurança dos cidadãos e preservem os meios de subsistência com abate legal de árvores
- Identificar medidas que os funcionários do sector da segurança podem tomar com os seus homólogos para além das fronteiras nacionais para coordenar mais eficazmente a partilha de informação, patrulhas conjuntas, planeamento estratégico partilhado e outras formas de ajudar a combater a exploração madeireira ilegal

Contexto:

A exploração madeireira ilegal é um fenómeno que ignora as fronteiras políticas e as jurisdições legais. Envolve frequentemente redes criminosas que atravessam as fronteiras políticas oficiais e que afetam vários governos nacionais. Por esta razão, é desejável uma coordenação transfronteiriça entre as forças armadas dos diferentes países, as agências de manutenção da ordem, as agências da água e das florestas e os sistemas judiciais estatais. As pessoas que praticam a exploração madeireira ilegal trabalham em conjunto para explorar as diferenças económicas e políticas transfronteiriças, que alimentam os mercados ilícitos subjacentes ao tráfico de madeira e à exploração madeireira ilegal. As redes criminosas adotam uma abordagem pragmática para obter lucros, adaptando-se às condições locais e alternando entre diferentes mercados ou localizações, conforme necessário. Quando bem feita, a coordenação pode ajudar os Estados africanos a mobilizar recursos de forma a minimizar a concorrência e a reforçar a complementaridade das instituições de segurança e justiça dos diferentes países. A coordenação pode também ajudar esses países a tornarem-se mais rápidos e ágeis na luta contra os agentes criminosos, que tiram partido dos Estados que são lentos a responder coletivamente.

As Comunidades Económicas Regionais (CER) lideram certos tipos de coordenação; em alguns casos, existem políticas e planos regionais para combater a exploração madeireira ilegal ou o crime organizado relacionado especificamente com a flora e a fauna. As CER podem também ser um veículo para melhorar a implementação de planos de ação regionais e os esforços para harmonizar a legislação nacional para facilitar a assistência jurídica mútua e a extradição. Por exemplo, em 2008, a Comissão das Florestas da África Central estabeleceu um acordo sub-regional que envolve os ministérios do ambiente e da silvicultura de oito países para facilitar a coordenação da manutenção da ordem em matéria de produção e comércio relacionado com madeira.¹⁸ O acordo dá ênfase à coordenação transfronteiriça e inter-agências entre os funcionários dos sectores da segurança, da justiça e da silvicultura. Estas práticas harmonizadas de gestão florestal são também promissoras na África Austral.¹⁹ **A coordenação bilateral**, bem como os mecanismos **de coordenação inter-regional e continental** são fundamentais.

Algumas iniciativas nestes domínios estão já em curso a nível regional e continental. A AFRIPOL, a instituição da União Africana para a cooperação policial, foi criada para "facilitar a prevenção, deteção e investigação do crime organizado transnacional em coordenação com as instituições policiais nacionais, regionais e internacionais".²⁰ Os Estados-Membros podem, se assim o desejarem, dar mais forma à atenção dada pela organização à exploração madeireira ilegal. A nível inter-REC, existem também instrumentos como o Grupo de Trabalho do Acordo de Lusaca (LATF), um acordo voluntário sobre operações de aplicação cooperativa dirigidas ao comércio ilegal de flora e fauna selvagens, que conta atualmente com a participação de dez Estados africanos (República do Congo, Quênia, Libéria, Uganda, Zâmbia, Lesoto, Tanzânia, Etiópia, África do Sul, Eswatini). Para os Estados que ratificaram o acordo, um organismo multinacional da LATF está autorizado a "investigar violações das leis relativas à vida selvagem, a realizar investigações e ações conjuntas relacionadas com a vida selvagem dentro e através das suas fronteiras, em colaboração com agências nacionais através do seu ponto focal, o Gabinete Nacional do Acordo". Estão incluídos os serviços florestais, o ministério público, a polícia, as forças armadas, as unidades de luta contra a corrupção e contra o branqueamento de capitais.²¹

Ao nível das Comunidades Económicas Regionais, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) desenvolveu uma estratégia holística para combater a criminalidade organizada transnacional em 2021, de modo a desenvolver abordagens comuns para combater as redes criminosas envolvidas em múltiplos tipos de criminalidade organizada.²² A partilha de informações entre especialistas sobre tipos específicos de actividades criminosas é fundamental, e plataformas como a Africa-TWIX são ferramentas privilegiadas. As Organizações de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Central e Oriental (CAPCCO e EAPCCO) tomaram medidas para trabalhar em conjunto em questões semelhantes, uma vez que a exploração madeireira ilegal faz parte de uma cadeia de abastecimento que inclui uma vasta gama de países de origem, de trânsito e de destino que abrangem o continente e o globo. A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) dispõe igualmente de uma rede de partilha de informações criminais que inclui os crimes contra a silvicultura no seu mandato para reforçar a aplicação da lei e a coordenação do Ministério Público.²³

No plano judicial, mecanismos como a Rede de Cooperação Judiciária dos Grandes Lagos (GLJC) destinam-se a ajudar as autoridades centrais a abordar a cooperação judiciária internacional em matéria penal e a facilitar uma ação conjunta mais rápida, mesmo na ausência de acordos formais de auxílio judiciário mútuo.²⁴ A Rede de Autoridades Centrais e Procuradores da África Ocidental (WACAP), apoiada pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), também tem potencial para facilitar uma melhor coordenação dos casos de exploração madeireira ilegal que atravessam as fronteiras regionais. Além disso, existe uma série de acordos internacionais e regionais, protocolos e declarações não vinculativas que constituem a base de outras ações coordenadas, incluindo a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES).²⁵ Embora a CITES seja um acordo vinculativo, a sua aplicação depende de esforços de boa fé para adotar legislação e políticas nacionais relevantes. As Partes procuraram reforçar a aplicação da CITES através da criação conjunta de estratégias florestais e declarações. Por exemplo, o Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral sobre Silvicultura exige que os signatários afetem recursos à harmonização da legislação, à implementação de programas de silvicultura comunitária, à partilha de informações e ao reforço das capacidades.²⁶ Instrumentos

não vinculativos, como a Declaração de Zanzibar e a Declaração de Acra, também assinalam a intenção dos países de honrarem os seus compromissos.²⁷ No entanto, a aplicação efetiva exige mecanismos de execução credíveis.

Questões para Discussão:

- Que êxitos e desafios teve o seu país na colaboração com os países vizinhos para combater a exploração madeireira ilegal? Com as CER (como a ECCAS, a EAC, a CEDEAO)? Com a União Africana e a INTERPOL?
- Que desafios e sucessos teve o seu país na aplicação de acordos internacionais como a CITES ou a Convenção de Palermo?
- Quais são alguns dos pontos fortes e fracos das estratégias, declarações ou projetos em curso na sua região que se destinam a combater a exploração madeireira ilegal? Que tipos de ações formais e informais podem ser tomadas para melhorar a resposta regional?

Leituras Recomendadas:

1. Grupo de Trabalho do Acordo de Lusaca, "[Cross-Border Cooperation and Coordination to Combat Illegal Wildlife Trade: A Case Study of the Lusaka Agreement Task Force \(LATEF\)](#)", 2022.
2. "[Déclaration de Kinshasa sur le renforcement de la coopération judiciaire dans la région des Grands Lacs](#)," Reunião dos Ministros da Justiça dos Estados membros da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, 16 de junho de 2022.
3. Wole Ojewale, "[Nigeria and Cameroon Must Confront Timber Trafficking Together](#)," *ISS-Africa Today*, 15 de julho de 2021.
"[Le Nigeria et le Cameroun doivent faire front commun contre le trafic illicite de bois](#)," *ISS Afrique Today*, 15 de julho de 2021.
4. "[Intercâmbio de Informações sobre o Comércio de Vida Selvagem: Promoting Information Sharing and Cooperation to Reduce Illegal Wildlife Trade in Africa](#)", TRAFFIC, 2021.
"[Promouvoir le partage des informations et la coopération pour réduire le commerce illégale d'especes sauvages en Afrique centrale](#)," TRAFFIC, 2021.

Sessão 6: Envolver as Comunidades Fronteiriças e Florestais numa Resposta Coordenada

Formato: Sessão Plenária (quinta-feira, 13 de julho, 13:30-15:00)

Grupo de Discussão (quinta-feira, 13 de julho, 15:30-17:00)

Objetivos:

- Considerar os fatores de segurança, desenvolvimento e governança que determinam como a exploração madeireira ilegal afeta a vida dos cidadãos que vivem nas comunidades florestais fronteiriças
- Analisar os atuais tipos de trabalho que os líderes comunitários e a sociedade civil local estão a fazer com os funcionários do Estado em matéria de segurança, justiça e florestas para prevenir e combater a exploração madeireira ilegal bem como as áreas em que existem tensões naturais nas abordagens que os agentes do Estado e da sociedade civil estão a fazer para combater a exploração madeireira ilegal
- Explorar formas de reforçar o trabalho dos agentes de segurança, justiça e florestais através de uma maior coordenação com as comunidades e a sociedade civil para criar resistência ao crime organizado e à exploração madeireira ilegal, em particular.

Contexto:

A luta contra a exploração madeireira ilegal através de uma coordenação centrada no cidadão exige o reforço da capacidade das várias entidades estatais para agirem de forma a responderem à vida quotidiana, às realidades, às experiências, aos problemas e às necessidades das pessoas. Os agentes da segurança, da justiça e da silvicultura, bem como os responsáveis pela política de segurança nacional, devem ter em conta os fatores subjacentes que podem integrar comunidades específicas em redes económicas e políticas que dependem do tráfico de madeira para a sua sobrevivência ou estabilidade. Os meios de subsistência locais alternativos, a legitimidade sentida no comércio ilícito e os níveis de confiança da população no Estado são apenas alguns dos fatores que moldam os incentivos e as perspetivas dos diferentes agentes locais no que se refere ao tráfico de madeira e às respostas do Estado ao mesmo.²⁸ É necessário aproveitar os conhecimentos especializados sobre estas questões - incluindo os das mulheres, dos jovens e dos grupos politicamente marginalizados - para abordar a gama de fatores que impulsionam a exploração madeireira ilegal. Além disso, os intervenientes estatais devem estar abertos a privilegiar abordagens centradas nas pessoas para tratar estas questões. Estas abordagens implicam frequentemente que as próprias partes interessadas locais assumam a liderança na conceção de formas de combater a exploração madeireira ilegal. A nível local, os intervenientes não estatais recorreram a uma série de mecanismos de criação de meios de subsistência, de defesa cívica, de auditoria florestal e de garantia de segurança para combater o tráfico de madeira, tanto entre si como em parceria com organizações estatais e internacionais.

A luta contra a exploração madeireira ilegal exige o desmantelamento das redes criminosas de alto nível que conduzem à exploração madeireira ilegal e o fim dos intervenientes governamentais que a facilitam. A supervisão e a responsabilização são, por conseguinte, vitais. O papel que as próprias comunidades fronteiriças e florestais desempenham na resolução dos incentivos ou desincentivos subjacentes ao envolvimento de intervenientes estatais e de redes criminosas na exploração madeireira ilegal é, por conseguinte, fundamental. A sociedade civil é um conjunto privilegiado de canais através dos quais as comunidades procuram envolver-se no

desenvolvimento e na implementação de soluções para a exploração madeireira ilegal que promovam formas legais de subsistência no sector florestal e garantam que os interesses das comunidades florestais e dos grupos marginalizados nas comunidades florestais sejam representados e tidos em conta nas estratégias e políticas de combate à exploração madeireira ilegal. Há muitas formas de a sociedade civil e o envolvimento da comunidade no combate à exploração madeireira ilegal poderem ajudar a enfrentar os desafios institucionais que os Estados africanos têm de enfrentar.

Em primeiro lugar, o envolvimento local na procura de soluções para a criminalidade organizada transnacional relacionada com a exploração madeireira ilegal pode ajudar a identificar abordagens que tenham em conta as realidades económicas e sociais locais do funcionamento do comércio ilícito. Na Tanzânia e na RDC, os intervenientes locais foram fundamentais para reforçar o controlo comunitário sobre a gestão das terras e tornaram mais viáveis os meios de subsistência legais no sector madeireiro.¹ Os projetos de florestação do Uganda também ajudaram a coordenar as respostas nacionais aos efeitos que comunidades florestais específicas estão a sentir.² O envolvimento da sociedade civil também permitiu a silvicultura legal e facilitou outras alternativas económicas à exploração madeireira ilegal. No Gabão, a sociedade civil tem defendido uma maior transparência nos contratos de exploração madeireira.³ Nos Camarões, facilitou a monitorização independente dos regulamentos florestais através do Sistema Normalizado de Observação Externa Independente.⁴ Em vários países, os litígios estratégicos têm como objetivo a preservação das florestas. No Gana, o jornalismo independente também amplificou as exigências da população para reduzir o transporte ilegal de pau-rosa.

As comunidades florestais e os seus líderes também têm sido componentes essenciais da promoção do Estado de direito no que se refere às atividades fundamentais da indústria madeireira. Por exemplo, o Serviço Florestal dos EUA apoiou o trabalho de peritos em segurança, justiça e silvicultura na República do Congo, que criaram um grupo de trabalho inter-agências que trabalha com líderes locais e consuetudinários em comunidades florestais para facilitar auditorias florestais em seis áreas diferentes com concessões de madeira estrangeiras no país. Respeitar os direitos comunitários e individuais às terras florestais e integrar esses detentores de direitos em soluções centradas na segurança para combater a exploração madeireira ilegal é outro elemento crítico e difícil. Vários Estados africanos tentaram adotar formas de gestão florestal comunitária (em terras de aldeias) e de gestão florestal conjunta (em terras de reservas governamentais). Estas iniciativas, quando concebidas de forma cuidadosa e legítima no contexto local, têm potencial para melhorar a biodiversidade e promover meios de subsistência alternativos à exploração madeireira ilegal, permitindo simultaneamente que as comunidades locais "retirem benefícios da floresta que gerem e que

¹ "[In Tanzania, Ownership of the Forest Offers New Prospects for Young Loggers](#)", Climate Home News, 15 de outubro de 2019; Peter Yeung, "[The Bold Plan to Save Africa's Largest Forest](#)", BBC, 7 de janeiro de 2021.

² Mohamed Daghar e Crystal Moniz, "[Uganda's reforestation plan cuts illegal logging](#)", ENACT Observer, 2 de março de 2021.

³ "[Kevazingoate: Brainforest sollicite une enquete parlementaire](#)", Brainforest, 20 de maio de 2019.

⁴ Dr. Alison Hoare et al. "[Forest Sector Accountability in Cameroon and Ghana](#)", Chatham House Research Paper, outubro de 2020.

melhorem as suas condições de vida".²⁹

Por último, o envolvimento da sociedade civil e da comunidade é fundamental para promover mecanismos de responsabilização mais fortes para as redes criminosas de alto nível que impulsionam a exploração madeireira ilegal e para os intervenientes integrados no governo que a facilitam. A capacitação da sociedade civil para exercer uma supervisão independente do Estado pode ajudar a combater a corrupção governamental e promover a transparência e a responsabilização do Estado perante os cidadãos. Os intervenientes nos sectores da segurança, da justiça e da silvicultura podem dar assistência, ajudando os seus pares a compreender a importância das instituições de supervisão e defendendo, na medida do possível, a realização de reformas relevantes. Podem também contribuir para a criação de relações de confiança e de respeito pelos direitos com os civis no seu trabalho de combate à exploração madeireira ilegal.

Questões para Discussão:

Quais os aspetos do desenvolvimento e da governança devem os agentes da segurança e da justiça ter em conta quando procuram coordenar-se com os cidadãos, as comunidades e a sociedade civil para combater a exploração madeireira ilegal?

- O que pensam os líderes comunitários e os grupos da sociedade civil da sua região sobre os esforços de segurança e justiça do Estado para combater a exploração madeireira ilegal? As perspectivas diferem consoante o género, a idade, a religião, a etnia ou qualquer outro aspeto da identidade?
- O que pode ser feito para garantir uma inclusão significativa dos cidadãos no desenvolvimento de estratégias, na coordenação e na elaboração de políticas de combate à exploração madeireira ilegal, bem como uma supervisão eficaz da implementação por parte da sociedade civil?

Leituras Recomendadas:

1. Dr. Alison Hoare et al. "[Forest Sector Accountability in Cameroon and Ghana](#)," Documento de investigação da Chatham House, outubro de 2020
["La redevabilite dans le secteur forestier au Cameroun et au Ghana,"](#) Chatham House Papier de recherche, outubro de 2020.
2. "[African Leadership in Climate Action and Forest Governance](#)," webinar da Chatham House, 10 de maio de 2023.
["Le leadership des Africains dans les actions de combattre le changement climatique et la gouvernance forestiere,"](#) webinaire du Chatham House, 10 de maio de 2023.
3. Gerard Butoud e Jean-Claude Nguingui, "[L'association des acteurs a la politique et a la gestion des forets,](#)" dand Butoud et Nguingui, eds., *La gestion inclusive des forets : Passer de la participation au partage des pouvoirs*, CIFOR, 2016, páginas 3-16.

4. ["The Evolving Nature of CBFM in Africa with Emphasis on Mozambique"](#), webinar com Milagre Nuvunga, Fórum Florestal da Universidade de Yale, 4 de março de 2021.
5. Mohamed Daghar e Crystal Moniz, ["Uganda's reforestation plan cuts illegal logging"](#), ENACT Observer, 2 de março de 2021.

¹ Para mais análises neste sentido, consultar Catherine Kelly, Carl Pilgram e Caden Browne, ["Illegal Logging in Africa is a Threat to Security"](#), *The Conversation*, 19 de abril de 2023.

² Allan Drazen, *Political Economy in Macroeconomics* (Princeton University Press, 2000), p. 4, citando James Alt & Kenneth Shepsle, eds. *Perspectives on Political Economy* (Cambridge University Press, 1990).

³ Iniciativa Global Contra Crime Organizado Transnacional, *ENACT Global Organized Crime Index 2021*, <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2021/09/GITOC-Global-Organized-Crime-Index-2021.pdf>; ENACT Organized Crime Index Africa 2019, <https://enact-africa.s3.amazonaws.com/site/uploads/2019-09-24-oc-index-2019.pdf>

⁴ Comissão Económica das Nações Unidas para África, "Illicit Financial Flows: Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa," 2015, <https://repository.uneca.org/ds2/stream/?#/documents/0ca955c2-2e56-5120-a605-9e8a7566c7d3/page/1>, p. 43.

⁵ *Índice de Crime Organizado África 2019*, op.cit.

⁶ "Forestry Crime: Targeting the Most Lucrative of Environmental Crimes", Interpol, 14 de dezembro de 2020.

⁷ Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, "Building Resilience to Recurrent Crisis: USAID Policy and Program Guidance," 2012, p.5, https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/Policy%20%26%20Program%20Guidance%20-%20Building%20Resilience%20to%20Recurrent%20Crisis_Dec%202012.pdf

⁸ B. Guy Peters, "The Challenge of Policy Coordination," *Policy Design and Practice* 1:1, 2018, 1-11, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25741292.2018.1437946>

⁹ Peters, *op.cit*; Leilani DeWitt & Bob Dillinger, "Whole-of-Government Teaming Through Collaborative Construction: NRO/NSA Synergy", *InterAgency Journal* 6:3, verão de 2015, 32-38.

¹⁰ Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e respetivos Protocolos, <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>

¹¹ Mark Shaw, "Africa's Changing Place in the Global Criminal Economy", Relatório Continental 1 da ENACT, setembro de 2017, p. 4.

¹² Stephen Ellis & Mark Shaw, "Does Organized Crime Exist in Africa?" *African Affairs* 114:457, outubro de 2015, <https://core.ac.uk/download/pdf/43502813.pdf>, p. 511.

¹³ Judith Verweijen & Esther Marijnen, "[Why Rangers in the Congo's Virunga National Park are Under Attack](#)", The Conversation, 14 de janeiro de 2021.

¹⁴ Grupo de Trabalho das Nações Unidas para a Reforma do Sector da Segurança, "SSR Integrated Technical Guidance Notes: Transnational Organized Crime and Security Sector Reform," 2016, https://www.unodc.org/documents/organized-crime/SSR_TOC_ITGN_2016_WEB.pdf; "Vertical Coordination," Inclusive Policy Lab, Organização Económica, Social e Cultural das Nações Unidas, <https://en.unesco.org/inclusivepolicylab/policy-marker-social-inclusion-inclusive-policies/vertical-coordination#a-3>

¹⁵ Peters, *op.cit.*, p.6.

¹⁶ DeWitt & Dillinger, *op.cit.*

¹⁷ Peters, *op.cit.*, pp. 8-9.

¹⁸ Comissão das Florestas da África Central, Accord Sous-Régionale sur le Contrôle Forestier en Afrique Centrale, 2008, <https://comifac.org/images/documents/accord-sous-regional-sur-le-contrôle-forestier-en-afrique-centrale.pdf>

¹⁹ "Assessing Progress in Forest Law Enforcement and Governance in Africa," Banco Africano de Desenvolvimento, 2016, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Assessing_progress_in_forest_law_enforcement_and_governance_in_Africa.pdf

²⁰ Estatuto da AFRIPOL, artigo 3.

²¹ Grupo de Trabalho do Acordo de Lusaca, "[Cross-Border Cooperation and Coordination to Combat Illegal Wildlife Trade: A Case Study of the Lusaka Agreement Task Force \(LATF\)](#)", 2022, p.1.

²² "Spotlight: A new SADC strategy to combat organized crime in Southern Africa," *ISS Today*, 3 de março de 2021, <https://issafrica.org/impact/spotlight-a-new-sadc-strategy-to-combat-organised-crime-in-southern-africa>

²³ "The Horn of Africa Regional Wildlife Enforcement Network," IGAD, <https://igad.int/the-horn-of-africa-wildlife-enforcement-network-hawen-an-igad-regional-initiative-for-combating-wildlife-crime/>

²⁴ Nações Unidas, "The Great Lakes Judicial Cooperation Network," Bureau for the Special Envoy of the Great Lakes, https://ungreatlakes.unmissions.org/sites/default/files/great_lakes_judicial_cooperation_network_flyer_english_0.pdf

²⁵ Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, <https://cites.org/eng/disc/text.php>

²⁶ Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral sobre Silvicultura, 2002, <https://www.sadc.int/document/protocol-forestry-2002>

²⁷ Declaração de Zanzibar sobre o Comércio Ilegal de Madeira e Produtos Florestais, 9 de setembro de 2015, http://www.trafficj.org/publication/15_Zanzibar-Declaration.pdf; Declaração de Acra sobre a

Luta contra o Comércio Ilegal de Pau-rosa, Madeira e Produtos Florestais, 31 de julho de 2019,
https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00WJKH.pdf

²⁸ Mark Shaw & Tuesday Reitano, "People's Perspectives of Organized Crime in West Africa and the Sahel," Institute for Security Studies - Africa Paper 254, 2014, p. 14.

²⁹ Peter Veit & Katie Reytar, "Forest Cover Change in Community Forests: An Assessment of Outcomes in Five African Countries", USAID, 2021, p.2.